

2 **Novos CCT: do Coop e do ramo de carpintaria**

3 **Congresso USS de mulheres e votação a favor de enfermeiros/as**

4 **Formação Integresso e como votar nas legislativas portuguesas**

Nr. 7 | Dezembro 2021 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Grande apoio a estafetas em greve

Smood, ouça os seus estafetas!



Há várias semanas que os estafetas de Smood fazem greve por condições de trabalho decentes

Os estafetas do serviço de entregas ao domicílio Smood estão em greve desde o dia 2 de Novembro - até agora em onze cidades da Suíça francesa. Eles exigem condições de trabalho justas e o fim da exploração. O apoio público é enorme: uma delegação de grevistas entregou a Smood no dia 23 de Novembro de 2021 uma petição assinada por 12 247 pessoas. Smood deve iniciar imediatamente as negociações com os trabalhadores e os sindicatos Unia e syndicom.

Hilmi Gashi

«Smood, ouça os seus estafetas!» – assim se intitula a petição que foi assinada por 12 247 pessoas de toda a Suíça em pouco menos de três semanas. Os assinantes declararam que os estafetas têm o direito a serem pagos e tratados corretamente. Eles exigem que Smood planeie o trabalho de forma a que as necessidades dos estafetas sejam levadas em consideração, que os estafetas recebam salários justos e todas as horas de trabalho sejam pagas, que eles recebam ajudas de custos corretas para o uso dos seus veículos privados e que Smood se sente à mesa de negociações com uma representação eleita pelos estafetas e os sindicatos por eles designados.

Grevistas visitam Smood e Migros

Uma delegação de estafetas em greve

na Suíça francesa entregou a petição ao gerente Marc Aeschlimann na sede de Smood em Plan-les-Ouates (GE). Eles reafirmaram a reivindicação de negociações imediatas para que as condições de trabalho na empresa Smood sejam melhoradas e todos os graves problemas corrigidos. Os grevistas também visitaram a sede da Migros Genebra em Carouge e chamaram a atenção para a sua situação, que é insuportável. A Migros possui uma participação de 35% em Smood e é representada no conselho de administração de Smood por dois quadros superiores da Migros Genebra.

Gratos pelo grande apoio

«Recebemos muito incentivo da população nas últimas semanas», disse Farès, um estafeta de Montreux. «O facto de mais de 12 000 pessoas terem assinado

a petição de apoio mostra-nos, mais uma vez, que travamos uma luta justa». A Comissão de Migração do Unia também se solidarizou com os companheiros em greve e através de uma resolução apoiou a luta por melhores salários e condições de trabalho decentes. A resolução foi apresentada aos grevistas em Genebra por Veronique Polito, membro do Comité Director do Unia.

A bola está do lado de Smood

O Unia exige, juntamente com syndicom, que Smood entre imediatamente em negociações. Os estafetas já escolheram para as negociações uma delegação que os representará juntamente com os dois sindicatos. As condições insustentáveis na empresa não permitem mais demoras.

A teimosia da direcção levou à greve

Os estafetas de Smood, na sua maioria migrantes, entregam refeições e produtos da Migros todos os dias - sob condições de trabalho extremamente difíceis: salários baixos, ajudas de custos demasiado baixas, práticas pouco claras relativamente a gorjetas, registo inadequado de horas de trabalho. Apesar de várias intervenções junto da direcção da empresa desde o início de outubro, Smood não se mostrou até agora disposto a resolver os problemas mencionados pelos trabalhadores. Para fazer com que a sua voz seja ouvida, os trabalhadores entraram em greve em vários locais da Suíça francófona.

Editorial



Estimados/as leitores/as

Ouvimos muitas vezes dizer que está na hora de mais solidariedade. Eu pergunto-me de que falamos quando falamos de solidariedade. Porque solidariedade pode ter significados diferentes. Normalmente, quando falamos de solidariedade, pensamos no apoio aos mais fracos da sociedade. Mas quando nós sindicalistas apelamos a mais solidariedade, estamos a pensar na nossa luta comum por melhores condições de trabalho e de vida. Solidariedade significa para nós luta pelos direitos de todos. A desigualdade entre as pessoas aumenta: muitos perdem os seus empregos, muitos migrantes perdem o direito de estadia na Suíça, e também aqui há cada vez mais pobres ou pessoas que têm preocupações básicas de subsistência. Nas fronteiras exteriores da UE, todos os dias morrem migrantes. E nem na saúde há igualdade: os países ricos açambarcaram a maior parte das vacinas, em vez de as tornar acessíveis a todos no mundo.

Os estafetas do serviço de entregas Smood estão em greve desde 2 de Novembro – entretanto em onze cidades da Suíça francófona. Quando a razão e os bons argumentos não funcionam, a greve é a última medida para fazer pressão. Os trabalhadores de Smood lutam contra a exploração e por condições de trabalho justas. A solidariedade com os grevistas é grande e é importante, porque reforça a sua posição nas negociações. Os trabalhadores de Smood em greve lutam também por todos nós – pelo princípio básico do direito a boas condições de trabalho.

Nós apoiamos os trabalhadores de Smood em greve e declaramo-nos solidários com eles.

E agora desejamos a todas e todos festas felizes e um excelente ano de 2022, repleto de solidariedade!

Emine Sariaslan

Notícias breves

Petição internacional Pelo reconhecimento de motivos específicos de asilo de mulheres, raparigas e pessoas LGBTIQ+

A violência sexual e sexista (principalmente a violência doméstica, violência em geral contra as mulheres, exploração sexual e tráfico humano, casamentos forçados, mutilação genital, legislações discriminatórias, o repúdio, a privação dos filhos/as) levam numerosas mulheres, raparigas e pessoas LGBTIQ+ a fugir do seu país de origem e a pedir asilo na Europa. Estas pessoas ficam, além da violência no país de origem, quase sistematicamente expostas à violência e à exploração ao longo da rota migratória: violência sexual perpetrada pelos traficantes ou nos campos de refugiados, exploração sexual ou trabalhos forçados e prisão por grupos de traficantes em países de trânsito – incluindo em países europeus –, ameaças, traumas e perigos para menores. Uma vez na Europa, esperam-nas procedimentos de asilo inadapitados e uma vergonhosa falta de acolhimento. Os processos de asilo não levam à identificação de vítimas de violência baseada no sexo ou vítimas de tráfico humano; os alojamentos são inadequados e há falta de medidas de apoio. Os motivos de asilo específicos destas pessoas são frequentemente ignorados, apesar dos princípios estabelecidos em várias directivas europeias e nas disposições da Convenção de Istambul, que reconhece a violência contra as mulheres como uma forma de perseguição que dá direito a protecção internacional. Para lutar contra isto, foi lançada uma petição internacional. O Unia é uma das 180 organizações em 14 países europeus que apoiam a petição por um reconhecimento efectivo dos motivos de asilo específicos de mulheres, raparigas e pessoas LGBTIQ+. Assine também a petição: www.feministasylum.org

18 de Dezembro: Dia Internacional das pessoas migrantes

31 anos depois da criação da Convenção da ONU sobre os direitos de trabalhadores/as migrantes e suas famílias, a Suíça continua sem intenções de a assinar. Isto apesar de a Convenção proteger as pessoas migrantes e as suas famílias da exploração e de violações dos seus direitos humanos, independentemente do seu estatuto de residência. Mobilizemo-nos de novo este ano e reivindicuemos: regularização para todas as pessoas, solidariedade entre trabalhadores/as, igualdade de condições laborais, salariais e de vida, independentemente de se ter uma autorização de residência ou não! Em várias regiões do Unia, foram planificadas actividades para o dia 18 de Dezembro. Informe-se e participe.

Votações, 28.11.21: «NÃO» ao alargamento dos horários de abertura das lojas

Em Genebra e Echallens a população disse «NÃO» ao alargamento dos horários de aberturas das lojas. Em Genebra pretendia-se abrir as lojas três domingos ao ano e no dia 31 de Dezembro (feriado em Genebra), além do alargamento da abertura do comércio aos sábados até às 19 horas. Em Echallens foi submetido a votação um alargamento dos horários de abertura até às 20 horas. O «NÃO» mostra claramente que os eleitores se solidarizam com o pessoal das vendas e que se opõem a que estes tenham jornadas de trabalho mais longas.

Conferência anual da Comissão Federal das Migrações «A Suíça: uma sociedade que dá as mesmas oportunidades a todos?»

A Comissão Federal das Migrações organizou no dia 8 de Novembro a sua conferência anual em Berna. No centro deste evento estava a pergunta se na Suíça existe igualdade de oportunidades para todos. Em conferências e uma mesa redonda, os participantes olharam para o passado e o futuro e demonstraram que, tanto na formação como no mercado de trabalho, não há avanços significativos em termos de igualdade de oportunidades. Há ainda um longo caminho a percorrer para uma sociedade com igualdade de oportunidades para todos.

Ramo das vendas a retalho

Novo CCT para o pessoal do Coop

Aumento dos salários mínimos e alargamento da licença de maternidade: estas são algumas das novidades do contrato colectivo de trabalho do Coop. O Unia ficou satisfeito com ele, mas sublinha que é insuficiente e que vai continuar a trabalhar para melhorar a situação dos/as trabalhadores/as do ramo.

Aline Andrey (L'Événement syndical, 11.11.2021, adaptado)

A partir de 1 de Janeiro de 2022, o salário mínimo do pessoal do Coop passará a ser de 4100 francos. Depois de um período de formação inicial de dois, três ou quatro anos, o salário mínimo passará para 4150, 4200 e 4300 francos respectivamente. Além disso, foi negociado um aumento geral de 40 francos mensais para todos/as os/as trabalhadores/as que tenham um salário mensal de até 4400 francos, bem como um aumento salarial individual de 0,6% para os salários superiores a este valor. Esta é uma das melhorias do novo contrato colectivo de trabalho (CCT), negociado pelo Unia e demais parceiros sociais. Anne Rubin, co-responsável do Unia pelo ramo das vendas, destaca que «as trabalhadoras, a partir do primeiro ano de trabalho, terão uma licença de maternidade de 18 semanas paga a 100%, em vez das 14 semanas legais com 80% do salário. Também está prevista uma licença para adopção, assim como uma maior ajuda económica para o cuidado externo de crianças». O novo CCT foi renovado por quatro anos, é válido de 2022 a 2025 e afecta cerca de 37 000 empregados/as.

O grupo profissional Coop rejeita o acordo

Uma estreita maioria dos/as delegadas/as do grupo profissional Coop do Unia recusou o resultado das negociações salariais para o próximo ano (10 contra 9 votos), qualificando o aumento de 40 francos para os salários de até 4400 francos como insuficiente. O Unia considera que foram conseguidas importantes melhorias, mas entende a posição dos/as delegados/as que recusaram o acordo. Há ainda muito que fazer. Por isso, o Unia continuará a trabalhar, conjuntamente com o pessoal, para conseguir mais melhorias nos próximos anos.

Resolução da conferência do ramo de vendas

Numa resolução adoptada pela Conferência Profissional do ramo



Cerca de 37 000 empregados/as ficam sujeitos ao novo CCT do Coop.

de vendas do Unia, realizada a 19 de Outubro, os/as delegados/as reivindicaram medidas gerais importantes: respeito rigoroso dos tempos de descanso e de pausas (não à semana de seis dias); compensação das horas extraordinárias (no prazo de dois meses); fecho antecipado das lojas (às 16 horas) nos dias 24 e 31 de Dezembro; horários que permitam a conciliação com a vida familiar e privada; mais pessoal; limitação da jornada de trabalho (10 horas em vez de 14); e fim do trabalho por chamada. As vendedoras e os vendedores exigem reconhecimento e melhores salários e condições laborais. Especialmente antes dos stressantes dias do período natalício, que significam mais ganhos para as lojas, mas stress e pressão para o pessoal.

Ramo da carpintaria: novo CCT

Novos salários mínimos para carpinteiros/as

Depois de um ano de vazio contratual, os parceiros sociais chegaram a um novo acordo: o ramo da carpintaria terá, a partir de Janeiro de 2022, um novo contrato colectivo de trabalho (CCT). Este prevê um aumento dos salários mínimos em 1%.

Montaña Martín

Depois de meses de impasse, os sindicatos Unia e Syna e a VSSM, a associação patronal do ramo da carpintaria, chegaram a um acordo sobre o novo contrato colectivo de trabalho (CCT).

As mudanças mais importantes

O novo CCT 2022-2025 baseia-se no CCT que expirou no final de 2020 e estará em vigor até finais de 2025. Estas são as mudanças mais importantes:

- O salário mínimo de carpinteiros/as diplomados/as aumentará em 1%, até 5111 francos.
- Mais protecção contra o despedimento para trabalhadores/as mais idosos.
- Mais protecção salarial mediante a imposição de sanções mais duras a empresas infractoras.

Formação contínua e protecção da saúde

Os parceiros sociais também acordaram um contrato colectivo sobre a formação contínua e a protecção da saúde, assim como uma «declaração de intenções»: as partes contratantes querem negociar sobre uma melhor conciliação entre a vida laboral e familiar, trabalho a tempo parcial, ou ainda, sobre possíveis modelos para aliviar a situação de trabalhadores/as mais idosos/as nos anos antes da reforma.



Motivo para festejar: os carpinteiros têm um novo contrato colectivo de trabalho

Congresso de Mulheres da USS: por um trabalho sindical feminista

Motivante empenho político e sindical

Poder feminino, solidariedade e empenho político-social – isto foi o que vivenciaram as mais de 200 delegadas ao Congresso de Mulheres da USS (União de Sindicatos Suíços), que se realizou a 12 e 13 de Novembro em Berna. As delegadas decidiram por unanimidade convocar uma nova greve feminista para 2023. Além disso, fizeram reivindicações políticas e constataram como é importante a sua própria mobilização: como mostra a história das mulheres nos sindicatos, estes só passaram a ter em conta os direitos das mulheres quando estas assumiram um papel sindical activo.

Marília Mendes

O início do congresso foi instrutivo e muito comovente. A historiadora e ex-secretária da USS, Dore Heim, mostrou como os sindicatos foram durante muito tempo um bastião masculino: à exceção de um período no início do século XX, até à década de 1970 não havia mulheres nos sindicatos. Consequência: más condições de trabalho para as mulheres. Porque os sindicalistas (homens) recusavam o trabalho feminino e decidiam sempre salários bem mais baixos para as mulheres. Foi apenas na década de 1980 que as mulheres começaram a mobilizar-se activamente nos sindicatos e a desempenhar um papel importante na política sindical e social. Isto deu visibilidade à sua situação profissional e um lugar mais justo nas reivindicações sindicais. Dore Heim deixou claro: «A melhoria dos direitos das trabalhadoras não veio por acaso, mas sim através do seu empenho sindical». Um reconhecimento importante também para os migrantes: nós próprios temos de

nos empenhar por uma melhor política de migração!

Greve feminista 2023

As delegadas discutiram de forma empenhada questões feministas e do mundo do trabalho e tomaram decisões importantes, entre elas convocar uma greve feminista para 2023. E fizeram reivindicações importantes: redução da jornada de trabalho para uma melhor compatibilidade entre trabalho remunerado e familiar, melhores condições para o trabalho de enfermagem, não ao aumento da idade de reforma, uma política de migração justa e humana.

Muitas reivindicações, muito trabalho pela frente. Mas, acima de tudo, este congresso foi um forte sinal de empenho e solidariedade sindical feminina!



A secretária do Unia pela igualdade, Aude Spang, no Congresso USS de Mulheres.

Photo: © Yoshiko Kusano

Votações populares de 28 de novembro de 2021

Vitória histórica para o pessoal de enfermagem

Depois dos aplausos, segue-se agora um verdadeiro reconhecimento do trabalho prestado pelo pessoal de enfermagem: mais de 60% dos eleitores suíços votaram a favor da Iniciativa de Cuidados. Esta é a primeira vez que uma iniciativa vinda de meios sindicais é aprovada. O Conselho Federal e o Parlamento têm agora de assegurar o financiamento equitativo dos cuidados de saúde, boas condições de trabalho e mais pessoal para garantir serviços de enfermagem de qualidade.

Marek Wieruszewski

Um número elevado do pessoal de enfermagem decide abandonar a profissão prematuramente. Isto deve-se principalmente a condições de trabalho desfavoráveis. A Iniciativa de Cuidados pode mudar esta situação. Ela exige mais tempo e uma planificação de trabalho fiáveis, estruturas favoráveis à família e oportunidades de desenvolvimento profissional – para que haja melhores serviços de enfermagem. O Unia irá acompanhar, com um olhar muito crítico, a implementação da iniciativa e continuará a empenhar-se energeticamente pelas reivindicações da iniciativa.

Não à «Iniciativa de Justiça»

A iniciativa exigia que os juizes federais não tivessem de ser

membros de um partido político e de ser escolhidos por estes. A controversa iniciativa foi lançada e financiada por Adrian Gasser, uma das 300 pessoas mais ricas da Suíça. Só conseguiu convencer 32% dos eleitores.

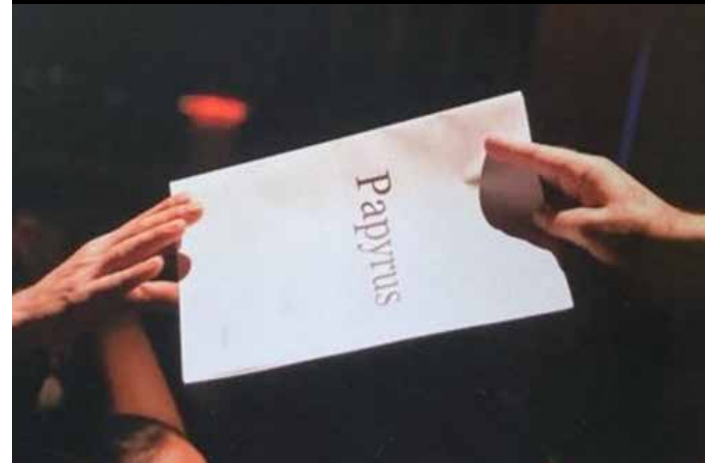
Lei Covid-19 - «sim» inequívoco.

Foi lançado um referendo contra a «Lei Covid» de 19 de Março de 2021. Os suíços foram assim os únicos no mundo a poder votar uma lei relativa à covid e ao certificado de vacinação. O resultado foi claro: 62% dos eleitores estão dispostos a aceitar as medidas que podem reduzir o número de pessoas atingidas pela covid.



A aprovação da Iniciativa de Cuidados foi uma grande vitória para o pessoal de enfermagem

Entrevista



«Operação Papyrus»: uma combinação bem-sucedida

Entre 2017 e finais de 2018, 3000 pessoas foram regularizadas em Genebra através da operação «Papyrus». Este projecto foi preparado ao longo de muitos anos pelo cantão de Genebra, pela Secretaria de Estado das Migrações, por organizações da sociedade civil e sindicatos. Agora um livro analisa o projecto. Horizonte entrevistou a co-autora, Martine Scheri.

Martine, porque é que tu e Laurence Bolomey escreveram este livro?

Este livro foi escrito por nossa própria iniciativa, nos nossos tempos livres, paralelamente aos nossos empregos. O nosso objectivo foi dar a palavra às diversas pessoas envolvidas: pessoas sem estatuto de residência legal, voluntários que se empenharam no local, pessoas que marcaram a história de pessoas sem estatuto de estadia legal. O livro foi «escrito com os ouvidos»: tratou-se de ouvir e poder ser ouvido. Esperamos que o livro inspire campanhas de regularização semelhantes noutros cantões.

O «Papyrus» conseguiu alcançar os seus objectivos?

«Papyrus» tinha três objectivos: Em primeiro lugar regularizar as pessoas sem estatuto legal, com as leis actuais e de acordo com critérios específicos. Em segundo lugar, o cantão queria controlar e melhorar os ramos laborais afectados pelo trabalho ilegal e dumping salarial. O balanço é positivo: os lucros do seguro AHV-AVS aumentaram em milhões. E, finalmente, as pessoas em casas particulares puderam ser mais bem integradas no mercado de trabalho também graças a uma bolsa de emprego.

A que se deveu este êxito?

A vontade política e o empenho dos parceiros em Genebra foram fundamentais, bem como a capacidade de trabalhar em conjunto num projecto inovador. Também foi decisivo o trabalho concreto dos sindicatos e das associações. Elaboraram os dossiers – que não podiam ter falhas – para serem apresentados aos serviços de migração. Organizaram horários específicos de atendimento, recorreram aos seus activistas... um grande empenho solidário que tornou possível o sucesso da operação. A obtenção das provas exigidas não foi nada fácil, pois muitas pessoas não tinham ou já não tinham os documentos comprovativos necessários e, dependendo da situação, era necessário voltar a 10 ou 15 anos atrás. Também foi difícil para algumas pessoas comprovar bons conhecimentos de francês. Por isso, os cursos de língua e as inscrições para exames tiveram uma grande procura.

Em Dezembro de 2020, o Conselho Federal publicou um relatório sobre a problemática dos sem-papéis, no qual declarou «considerar o sistema actual adequado»...

A resposta do Conselho Federal ao postulado da Comissão das Instituições Políticas é decepcionante. A prática tende a endurecer tanto em Genebra como a nível nacional. As associações têm de lutar para que não se resvale para a «antiga ordem». Embora os contactos com as autoridades políticas e administrativas continuem, o diálogo é actualmente muito difícil.

E como é a situação noutros cantões?

Noutros cantões houve tentativas a nível parlamentar, Vaud parece ser persistente. Mas as situações nem sempre são comparáveis. Há esforços para a introdução de «City Cards». Estes permitem o acesso aos serviços comunitários, mas não conferem direitos reais. A crise sanitária veio sublinhar a importância de se regularizar os sem-papéis, para que possam ter acesso aos serviços sociais. A regularização facilitada é vital para as pessoas que já vivem aqui há muito tempo e que estão bem integradas. Porque, para elas é demasiado complicado fazer valer os seus direitos e não é correcto que uma sociedade como a nossa assegure uma vida confortável à custa do mais fracos.

Um projecto inspirador para outros cantões! O livro de Martine Scheri e Laurence Bolomey, Papyrus - La combinaison gagnante (Papyrus – A combinação bem-sucedida) (Slatkine Verlag, 2021) está até à data apenas disponível em francês.

Marie Saulnier Bloch

Pergunte, que nós respondemos

Proteção de trabalhadores jovens: é permitido que jovens tenham um dia de trabalho de dez horas?

Tenho 17 anos e estou fazendo uma formação profissional como vendedora numa boutique. Às quintas-feiras a loja fica aberta até às 21 horas. Eu trabalho então dez horas por dia, de manhã das 8h00 às 12h00 e à tarde das 15h00 às 21h00. Isto é muito duro. E como o tempo de deslocação entre a casa e o trabalho é longo e as ligações de transporte ruins, não posso ir a casa à hora do almoço. Um dia de trabalho de 10 horas é permitido?

Myriam Muff: Não. Na legislação laboral suíça existem regras especiais para proteção de trabalhadores jovens. Jovens são consideradas todas as pessoas até aos 18 anos de idade. De acordo com o artigo 31 da Lei do Trabalho, a jornada diária de trabalho não pode exceder nove horas. O tempo máximo de trabalho aplica-se sem exceção, ou seja, mesmo se um trabalho urgente tiver de ser feito ou se aparecer uma quantidade inesperadamente alta de trabalho. A sua empregadora também viola as normas obrigatórias num segundo ponto: no caso de jovens, a jornada de trabalho deve ficar dentro de um período de até doze horas. Entre as 8 horas da manhã e 9 horas da noite são no total 13 horas. Se um jovem começar a trabalhar às 8 horas, o seu dia de trabalho tem de terminar o mais tardar às 20 horas. Portanto, é imprescindível que converse com a sua chefe e requeira que ela cumpra as regras legais sobre o horário de trabalho a partir de agora, também no que se refere às vendas à noite.

(Work, 5.11.2021)

Previdência social: posso verificar os descontos para o AHV-AVS?

Tive de mudar frequentemente de emprego nos últimos anos. Entretanto, ouvi dizer que a minha última empresa entrou com um pedido de falência. Pagaram-me sempre o salário. Porém não tenho a certeza se pagaram sempre todas as contribuições para a segurança social (por exemplo, para o AHV-AVS). Tenho alguma possibilidade de verificar isto?

Regula Dick: Sim. Faz muito sentido procurar essa informação, sobretudo se o trabalhador muda de emprego com frequência ou se já trabalhou para empresas com dificuldades financeiras. O senhor deveria verificar, no mínimo, de 4-5 em 4-5 anos, se seu empregador registou o seu salário na caixa de compensação e se pagou todas as contribuições. No caso do AHV-AVS, as contribuições que o empregador não fez só podem ser feitas retroativamente durante 5 anos. Se o salário não foi declarado e as contribuições não foram pagas, podem surgir lacunas nas suas contribuições. Como resultado, mais tarde a sua reforma AHV-AVS será mais baixa. Pode verificar se o seu salário foi declarado e as contribuições pagas solicitando à caixa de compensação AHV-AVS um extrato gratuito de sua vida laboral. Encontra informações sobre como solicitar o extrato em: ahv-iv.ch/de/Merkblätter-Formulare/Bestellung-Kontoauszug. Se o senhor não sabe em que caixa de compensação o seu empregador o assegurou, pode solicitar o extrato em qualquer outra caixa de compensação, por exemplo na caixa do seu cantão. Se constar do extrato que o seu empregador não declarou o seu salário, solicite no prazo de 30 dias que o extrato seja corrigido. Envie à caixa de compensação cópias das folhas de salário dos meses que não constam dos extratos e uma cópia do contrato de trabalho.

(Work, 19.11.2021)

Local de trabalho: O meu chefe pode simplesmente transferir-me?

Fui pai há pouco e gostaria de reduzir a minha carga horária para 40%. O meu chefe não está de acordo com esta redução. E agora ele quer que eu trabalhe noutro local. Tenho direito a uma redução da minha carga horária? E o meu chefe pode simplesmente transferir-me para outro local?

Paolo Marchi: Não às duas perguntas. Não existe o direito à redução da carga horária para 40%. Isto seria uma alteração do contrato de trabalho e ambas as partes teriam de estar de acordo com ela. No entanto, o seu chefe não o pode simplesmente transferir para outro local. É verdade que a empresa pode emitir ordens gerais aos trabalhadores e dar-lhes instruções especiais sobre a execução do trabalho e sobre o seu comportamento na empresa, mas essas ordens têm de ser razoáveis e proporcionais. E os trabalhadores têm de seguir as instruções, usando de boa fé. É o que diz o art.º 321 d do Direito de Obrigações. A mudança deve, portanto, ser razoável. Mas as mudanças permanentes do local de trabalho acordado requerem o consentimento de ambas as partes. O seu chefe pode ordenar unilateralmente uma relocação temporária do seu local de trabalho por razões operacionais convincentes, mas apenas se isso for razoável no que diz respeito à sua vida privada e em termos de deslocação para o trabalho. No seu caso, a transferência para outro local de trabalho não parece ser razoável.

(Work, 17.09.2021)

Portugal: 30 de Janeiro 2022 – eleições legislativas Como votar?

Os partidos da Assembleia da República portuguesa não chegaram a consenso sobre o Orçamento de Estado para 2022. O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, decidiu por isso dissolver a Assembleia da República e convocar eleições legislativas em Portugal para o dia 30 de Janeiro de 2022.

Marília Mendes

Coronavírus: vai viajar?

O aumento das infeções de covid-19 levam a um agravamento das medidas de combate à pandemia. Antes de viajar, informe-se da situação e medidas actuais: <https://www.consuladogeralportugalzurique.ch/coronavirus/>

Pela primeira vez em 45 anos, os partidos representados na Assembleia chumbaram o Orçamento de Estado. Num momento em que o país e o mundo atravessam uma crise sanitária devido à pandemia, de que resulta uma crise social e económica, os partidos não conseguiram encontrar uma base consensual para viabilizar o orçamento e assim evitar adicionar uma crise política à já difícil situação.

Importante: morada actual no registo consular

A data marcada para as eleições é 30 de Janeiro de 2022. Os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro também podem – e devem – votar. Para isso, é importante que a sua residência no estrangeiro esteja registada no consulado. A morada pode sempre ser alterada até dois meses antes das eleições, essa alteração agora já não é possível. É importante ter em conta, independentemente de haver ou não eleições, que portugueses residentes no estrangeiro devem ter a residência fiscal na zona de residência e não em Portugal, sob pena de incorrerem em infracção sujeita a multa.

Como votar

Quanto à forma de votação, os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro podem optar entre o voto presencial (no consulado ou na secção consular da zona de residência) ou o voto por via postal. Caso o eleitor não exerça o seu direito de opção, a votação será por via postal. Para isso, será enviado o boletim de voto para a morada

registada no consulado. Quem desejar votar presencialmente deve fazer o pedido junto da respetiva comissão recenseadora. A inscrição consular não significa automaticamente que a pessoa esteja inscrita no recenseamento eleitoral, devendo esta solicitar o recenseamento sempre o mais tarde até dois meses antes das eleições.

Problemas com o voto por via postal

Nas últimas eleições legislativas em 2019 houve alguns problemas com o voto por via postal. Se mudou de casa e não alterou a morada a tempo, verifique o correio enviado para a sua morada anterior. O boletim de voto vem em carta registada, é por isso importante estar atento/a a este tipo de correio. Votar não é só um direito. Votar é participar na decisão sobre o tipo de medidas – mais ou menos sociais – a serem introduzidas no país. Não perca a oportunidade de votar a política que deseja.

Mais informações: <https://www.consuladogeralportugalzurique.ch>



Integresso – Desenvolver aptidões profissionais!

Trabalha no ramo de hotelaria e restauração no cantão Berna ou de Zurique?
Gostaria de progredir tanto a nível pessoal como profissional?

Pascal Hirt

O programa de formação Integresso prevê:

- Identificação das competências que já possui. As suas experiências e competências adquiridas anteriormente em todas as áreas da vida são registadas e é elaborado um plano de acção individualizado ou um plano de formação contínua (cerca de 15 aulas)
- Orientação e aconselhamento profissional através de peritos em orientação profissional e de carreira (20 aulas)
- Desenvolvimento de competências básicas nas seguintes áreas (consoante as necessidades):
 - Aperfeiçoamento de conhecimentos de alemão: leitura, escrita e expressão oral
 - Conhecimentos básicos de matemática
 - Aplicação das tecnologias de informação e comunicação
- Acompanhamento individual continuado (5 horas)

Interessado/a? Venha a uma das nossas sessões de informação!

Em Berna: Segunda, 17.01.2022, 15h00 – 16h00,

ECAP Bern, Freiburgstrasse 139 c, 3008 Bern

Em Biel/Bienne: Quarta, 19.01.2022, 18h00 – 19h00,

ECAP Biel: Spitalstrasse 11, 2502 Biel/Bienne

Em Zurique: Segunda, 24.1.2022, 15h00 – 17h00 e quarta,

26.1.2022, 18h00 – 20h00, Unia Zürich-Schaffhausen,

Stauffacherstrasse 60, 8004 Zürich

Informações e inscrições: ECAP Bern und Biel, Jadranka

Soldo, T 031 381 81 33, info@ecap.ch,

ECAP Zürich, T 043 444 68 88, infozh@ecap.ch,

www.integresso.ch

Início e custos do curso

Os cursos iniciam em Fevereiro dependendo das inscrições.

Os participantes pagam 250 francos pela formação completa.

Os/As sócios/as do Unia pagam apenas 100 francos.

Mais informações: www.integresso.ch